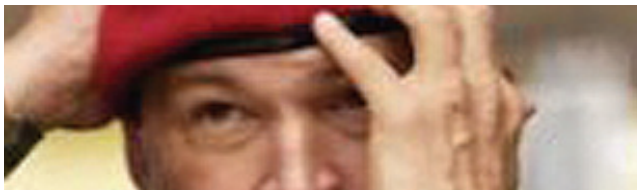
Opinião Socialista

Ano XI - Edição 317 - Colaboração: R$ 2 - De 4 a 10/10/2007 - www.pstu.org.br

Está diminuindo a desigualdade no Brasil?

TROPA DE ELITE: FILME FAZ APOLOGIA AO BOPE

Página 4

POLÍCIA VENEZUELANA REPRIME PETROLEIROS

Página 11

TODOS À MARCHA DO DIA 24 DE OUTUBRO!

Página 12

O DONO DA BOLA – O novo relator no Conselho de Ética do Senado de mais dois processos contra Renan Calheiros será Almeida Lima (PMDB-SE). Ele foi um dos maiores defensores de Renan.

PÁGINA DOIS

COSTA RICA – Um ato com 150 mil pessoas tomou conta de San José, capital da Costa Rica, no dia 30. O protesto era em repúdio à assinatura de um acordo de Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA.

FILME QUEIMADO

Uma pesquisa divulgada no último dia 27 demonstra a enorme desconfiança da população nas instituições políticas, principalmente no Congresso Nacional. Segundo a pesquisa, intitulada "A Imagem das Instituições Públicas Brasileiras", realizada antes do escândalo da absolvição de Renan Calheiros, 80,7% não confiam no Senado, que conta com a aprovação de apenas 14,6%. Já 83,1% das pessoas entrevistadas não confiam na Câmara dos Deputados. Apenas 12,5% afirmaram confiar na instituição. A Câmara ficou em último lugar nas seis instituições citadas pela pesquisa.

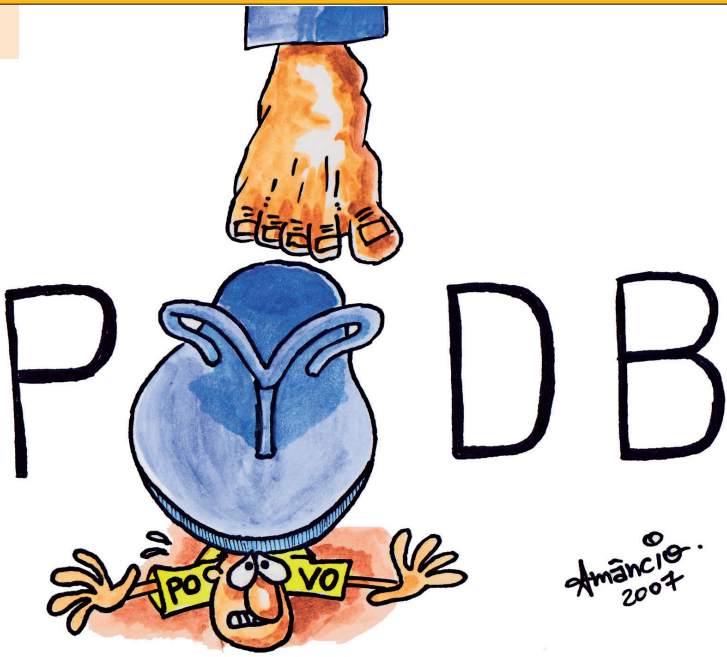
CHARGE / AMÂNCIO

PÉROLA

Não é um sapato de cromo alemão que os franciscanos querem, mas um chinelinho novo

WELLINGTON SALGADO (MG), senador do chamado "baixo clero" – ou como ele disse "franciscanos" -, pedindo ao governo cargos do 3° e 4° escalões.

VALERIODUTO TUCANO

Recentes denúncias mostram que o esquema de mansalão do PSDB em Minas Gerais chegou a pagar propina para o juiz eleitoral, Rogério Lanza Tolentino. Ele foi advogado de Marcos Valério - sempre ele - e recebeu dinheiro do valerioduto durante a campanha de 1998, quando o então governador Eduardo Azeredo (PSDB) tentou, sem êxito, a reeleição. Atuando como juiz eleitoral, Tolentino votou favoravelmente ao candidato tucano em decisões em datas próximas a depósitos em sua conta e na de sua mulher.

ESCRAVOCRATAS

Fiscais do trabalho identificaram mais de mil trabalhadores em condições de trabalho escravo, na usina Pagrisa, no Pará. Uma comissão de senadores foi criada e decidiu "fiscalizar a atuação dos fiscais". Como era de se esperar, disseram que não encontraram indícios de escravidão. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que por "coincidência", faz parte da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, disse: "nunca vi trabalho escravo no Brasil". Entretanto, os depoimentos dos trabalhadores contradizem sua versão: "Eles tratavam a gente igual a porco. Passei dez dias na cana, deu R$ 79. Mas aí paguei R$ 69 de comida", disse um trabalhador.

BOMBA RELÓGIO

O sistema carcerário brasileiro é uma bomba relógio em contagem regressiva. É o que mostra uma radiografia do setor levantada pelo Jornal do Brasil. O Brasil é o quarto do mundo em população carcerária, com 419.551 detentos. Somam-se a isso 550 mil mandados não cumpridos. Dados do Departamento Penitenciário Nacional revelam que os presos estão amontoados nas 1.855 penitenciárias do país, que só comportaria, em condições normais, cerca de 262 mil pessoas. Os números mostram o resultado da política de repressão encampada pelas elites. Prende-se muito, mas a criminalidade não diminui. Enquanto isso no Senado...

Debates sobre a Revolução Russa ocorrem em todo o país

No ano em que a Revolução Russa completa 90 anos, ativistas de todo o país discutem a importância da primeira revolução socialista da história.

A regional do PSTU de Teresina (PI) realizou o debate sobre o evento no último dia 29, reunindo 32 militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular.

Trabalhadores da iniciativa privada, servidores, estudantes, ativistas do movimento popular, entre uma grande gama de categorias, ouviram atentamente a palestra realizada pela bancária Solimar Silva e o carteiro Romildo Araújo, ambos da Conlutas. Após a exposição, foi realizado um rico debate, mediado pelo professor Geraldo Carvalho.

Ao final, Geraldo fez uma apresentação do partido aos participantes.

Na oportunidade, dois diretores do Sindcefet (seção do Andes-SN), uma estudante de Educação Física da UESPI e outra de Educação Artística da UFPI, além de um trabalhador dos Correios, revelaram a intenção de conhecer melhor o programa e o funcionamento do partido.

SEMINÁRIO EM SALVADOR

Nos próximos dias 9, 10 e 11 ocorrerá o Seminário sobre a revolução na cidade de Salvador (BA). O evento contará com vários debates sobre os principais aspectos da revolução de outubro. A abertura ocorre no Auditório da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com Valério Arcary falando sobre "As lições de Outubro e o socialismo no século XXI".

No dia 11, quinta-feira, às 14 horas, ocorre o debate "Outros Outubros virão?", também na UFBA, com a presença de Eduardo Almeida, da Direção do PSTU e editor do Opinião Socialista, Eliziário Andrade, do PSOL, e Milton Barbosa, do PCdoB.

Próximos debates e atividades

NATAL (RN) - 4 de outubro, na sede do PSTU no centro.
FORTALEZA (CE) - 4 de outubro: exibição do documentário aos trabalhadores da Construção Civil.
DUQUE DE CAXIAS (RJ) – 4 de outubro
PRESIDENTE PRUDENTE (SP) – 9 de outubro na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Yara Fernandes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Martin Lutero, 1370, Fundos - Vila Formosa - (51) 9284.8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253
guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - (11)4339-7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

É HORA DE DAR O TROCO
TODOS A BRASÍLIA NO DIA 24!

Os trabalhadores puderam ver e comprovar o apoio direto do governo Lula, do PT e PCdoB à absolvição de Renan Calheiros. Agora estão assistindo às negociatas abertas para a aprovação da continuidade da CPMF. Lula perdoou dívidas bilionárias dos latifundiários, entregou cargos na Petrobrás e outras estatais ao PMDB. Por isso Renan é tão importante para o governo Lula: para assegurar a fidelidade do PMDB às propostas do governo contra os trabalhadores, como a CPMF.

Essa tarifa é retirada dos bolsos de um trabalhador toda vez que ele compra alguma coisa, ou mexe em seu salário depositado num banco. Rendeu R$ 203 bilhões desde que foi criado, com a desculpa de que era para ser aplicada na saúde. Todos podem comprovar a crise em que se encontra a saúde pública no país, para concluir que este dinheiro não chegou até ela: foi desviado para pagar os juros da dívida externa e interna aos banqueiros.

O PT era contra a CPMF quando estava na oposição. Agora o governo Lula é o maior defensor desta "contribuição". A CPMF é mais uma forma de tirar dinheiro do bolso dos trabalhadores para pagar aos banqueiros.

Mas existe uma onda de indignação correndo o país. Uma pesquisa da Associação dos Magistrados do país indica que só 11% do povo confiava nos políticos, e isso antes da absolvição de Renan. O número provavelmente cresceu após governo e oposição de direita terem livrado a cara do presidente do Senado e agora com as negociatas ao redor da CPMF.

A propaganda governista busca mostrar "avanços sociais" no país para tentar diminuir o desgaste do governo. Os anúncios de uma suposta diminuição da pobreza no país (desmentidos nas páginas centrais deste jornal) são parte disso.

O governo Lula bancou a aprovação da CPMF, mesmo saindo desgastado de todo o episódio. Vai bancar de imediato a reforma da Previdência? Esta reforma é um ataque aos trabalhadores muito, muitíssimo mais grave que a CPMF. Na prática, o que o governo está discutindo com a imposição da idade mínima de 67 anos (homens) e 65 (mulheres) é a tentativa de evitar que os trabalhadores possam se aposentar, para que morram antes.

A MARCHA PODE ADQUIRIR um peso para desencadear uma campanha que poderá adiar ou mesmo derrotar a reforma da Previdência

O governo está hesitando em apresentar o projeto de reforma ao Congresso depois do desgaste causado pelas últimas negociatas. Deveria ter apresentado seu projeto no final de setembro, mas não o fez ainda.

A marcha de 24 de outubro, organizada pela Conlutas, Intersindical e os aposentados da COBAP, pode cumprir um papel de primeira magnitude nesta conjuntura. O ato pode deflagrar uma campanha muito importante contra a reforma da Previdência, que pode obrigar o governo a adiá-la. O ano que vem, como época eleitoral, pode dificultar ainda mais a imposição de uma reforma impopular. Assim, a marcha pode ter peso para desencadear uma campanha que pode adiar ou mesmo derrotar a reforma da Previdência.

Além disso, esta marcha será a única atividade centralizada nacionalmente que vai protestar contra a atual onda de corrupção. A palavra de ordem "este Congresso corrupto não pode votar a reforma da Previdência," une a luta contra a reforma com a denúncia da corrupção no Senado. A marcha pode ser assim também a única demonstração de peso nacional contra a corrupção.

Existem lutas específicas em todas as entidades, sejam campanhas salariais, eleições para as entidades, entre outras atividades. Mas de que adianta privilegiar somente essas lutas, e ter depois a derrota na reforma da Previdência, que vai nos impedir de aposentar? É possível e necessário combinar as lutas específicas com a preparação da marcha.

Não pode ser que depois de tudo o que aconteceu não haja uma manifestação de peso contra o governo e o Congresso. É possível que essa marcha seja a mais importante mobilização nacional do ano. A Conlutas está trabalhando para que haja mais gente em Brasília do que nas marchas de 2004 e 2005. Temos três semanas para organizar tudo. Trata-se de uma corrida contra o tempo para aglutinar as pessoas e garantir os ônibus. Os ativistas do movimento sindical, popular e estudantil de todo o país têm a palavra.

SETE ANOS DEPOIS, ASSASSINOS DE GILDO CONTINUAM IMPUNES

ASSASSINATO DE MILITANTE DO PSTU completa sete anos em outubro

***DIEGO CRUZ**, da redação*

No dia 6 de outubro de 2000, o militante do **PSTU** e dirigente do Sindicato dos Servidores do Distrito Federal (Sindiser), Gildo da Silva Rocha, foi covardemente assassinado por policiais civis com um tiro pelas costas. O "crime" de Gildo foi organizar a greve dos trabalhadores do Serviço de Limpeza Urbana, na Ceilândia, cidade-satélite de Brasília. Num país em que o direito de greve é tratado com repressão, o crime do sindicalista foi punido com execução sumária por policiais da 15ª Delegacia da cidade.

Gildo tinha 33 anos e deixou uma esposa e dois filhos, uma menina de um ano e um menino de três. Até hoje ninguém foi punido. A injustiça e impunidade marcam a vida da viúva do sindicalista, Gleicimar de Souza Rocha. "*Fiquei com vários problemas psicológicos por conta da depressão, é uma angústia muito grande pois ainda não tivemos justiça*", afirma Gleicimar ao **Opinião Socialista.**

EXECUÇÃO E FRAUDE

Na época, a justificativa apresentada pela polícia para a abordagem do ativista foi que Gildo se encontrava em "atitude suspeita". No entanto, tal "atitude suspeita" nada mais era que uma atividade da campanha salarial deliberada pelo Comando de Greve um dia antes. Os trabalhadores do serviço de limpeza pública estavam paralisados. A fim de dificultar a ação dos fura-greves, Gildo, acompanhado de dois companheiros, Geraldo Rufino e Edson Sampaio, saíram às ruas de madrugada para furar os sacos de lixo.

Dois policiais civis, armados e à paisana, renderam os grevistas, mandando-os deitarem no chão. Ao ser abordado por homens armados, sem farda ou identificação, em plena madrugada, Gildo tentou fugir. Os policiais perseguiram o sindicalista, atirando. Ao todo, 17 disparos atingiram o carro do ativista. Um deles atingiu suas costas. Gildo morreu uma hora depois.

Os policiais, da Delegacia de Roubos e Furtos, forjaram a cena do crime, a fim de incriminar Gildo. Afirmaram que o sindicalista disparou contra eles, que apenas revidaram. Utilizando os mesmos métodos da ditadura militar no sumiço de corpos de presos políticos, "plantaram" uma arma e um baseado no carro de Gildo. Da mesma forma, aliciaram uma testemunha para corroborar essa fantasiosa versão.

No entanto, exames comprovaram que Gildo não estava drogado e muito menos havia efetuado algum disparo. O próprio inquérito policial identificou a fraude e os dois policiais foram indiciados pelo Ministério Público.

PROCESSO NO STJ

Atualmente, existem dois processos sobre o caso. Um criminal, contra o assassino e outro cível, cobrando a responsabilidade do Estado e exigindo indenização à mulher e filhos de Gildo. O processo criminal está no Superior Tribunal de Justiça. Após ser julgado em primeira instância, o juiz não encaminhou o réu ao julgamento por considerar que o policial agiu no "estrito cumprimento do dever". O MP recorreu e os desembargadores decidiram por unanimidade que o policial enfrentaria o tribunal do júri e seria julgado por assassinato. No entanto, a defesa do assassino recorreu desta decisão, levando o caso ao STJ.

Já a ação cível não deu em nada até hoje. Recentemente, o Ministério Público pegou o caso e requereu "tutela antecipada", ou seja, o pagamento das pensões aos filhos do ativista assassinado. Além de todo o transtorno psicológico provocado pelo assassinato e pela injustiça, a indefinição com relação à indenização já causou sérios problemas financeiros à família de Gildo. "*Tivemos muitos problemas, tenho que tomar remédio por conta da depressão, tivemos também que mudar de casa*", conta a viúva.

JUSTIÇA SELETIVA

Após passar por um processo administrativo, o policial voltou à atividade, inclusive recebendo novamente o porte de arma. A demora nos processos e a impunidade revelam de forma explícita o caráter da Justiça burguesa, sob a qual os trabalhadores são assassinados e nada ocorre. Algo que Gleicimar sentiu na pele e que ainda procura explicações. "*Comecei até a fazer Direito para tentar entender o que aconteceu, por que a Justiça funciona para uns e para outros não*", diz.

JOAQUIM RORIZ TAMBÉM PERMANECE IMPUNE

Não é só o policial assassino que permanece impune e solto nas ruas para poder praticar outros crimes. O ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que comandava a polícia na época, também não foi incriminado pelo assassinato. Enquanto governou o Distrito, Roriz impôs mão de ferro sobre os movimentos sociais, tratando à bala as mobilizações e protestos dos trabalhadores.

Roriz foi governador biônico entre 1989 e 1990, elegendo-se posteriormente para um mandato de quatro anos. Foi reeleito mais duas vezes, permanecendo 14 anos à frente do governo do Distrito Federal.

Em 1999, Roriz enfrentou uma greve na Novacap (empresa pública de infra-estrutura) com forte repressão. Jogou o Batalhão Especial da PM (Bope) para cima dos grevistas, causando a morte de um trabalhador, José Ferreira, e ferindo gravemente mais 28. Assim como Gildo, a morte de José Ferreira também continua impune.

"*Após a morte de Gildo, Roriz privatizou o serviço de limpeza pública*", afirma Orlando Cariello, ex-presidente do Sindser e atual arquiteto da Novacap, que também passou por privatizações em vários de seus serviços. "*O serviço contava com mais de 3 mil trabalhadores*", diz Cariello.

Em 2006, a PM de Roriz reprimiu com violência as manifestações contra o aumento da passagem de ônibus, protagonizadas majoritariamente por estudantes secundaristas.

Mais recentemente, o já senador Joaquim Roriz foi flagrado numa gravação telefônica interceptada pela Polícia Civil do Distrito Federal, combinando a divisão de R$ 2,23 milhões num escritório de Brasília. Roriz renunciou para preservar os direitos políticos e segue impune.

Ato no enterro de Gildo

Tropa de Elite é fascista, sim!

FILME SOBRE O BOPE faz apologia da nova política de repressão do governo

JOSÉ EDUARDO BRAUNSHWEIGER,
do Rio de Janeiro (RJ)

O aguardado filme "Tropa de Elite", de José Padilha, antes mesmo de chegar às telas de cinema já está envolto em diversas polêmicas. Em meados de junho, uma enxurrada de cópias piratas espalhou o filme pelos camelôs do Rio transformando "Tropa de Elite" numa verdadeira coqueluche.

Quando "Tropa de Elite" abriu o Festival Internacional de Cinema do Rio de Janeiro no dia 20 de setembro, a polêmica tomou um novo contorno. Assustados com a reação de uma parte da platéia que aplaudia e gritava: "caveira, caveira!" (símbolo do BOPE) nas cenas de agressões praticadas pelo personagem Capitão Nascimento, uma parte dos jornalistas classificou o filme como fascista e reacionário. O diretor do filme respondeu que queria apenas provocar o debate sobre a questão da violência a partir do ponto de vista de policiais. Bem, se o objetivo era a polêmica, ele conseguiu.

LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL

O filme é baseado no livro "Elite da tropa" de Luiz Eduardo Soares (ex-Secretário Nacional de Segurança Pública de Lula) e dois capitães do BOPE. No melhor estilo hollywodiano dos filmes de ação, aborda a violência do ponto de vista da polícia, mais precisamente do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do RJ). O BOPE foi criado em 1978, sob a ditadura militar. O grito de guerra do BOPE dá a dimensão do que são as operações da tropa: "homem de preto, qual é a sua missão? É invadir favela e deixar corpo no chão."

A primeira farsa do filme é quando mostra o seguinte cenário: existe a polícia corrupta (a PM), mas também existe a polícia "incorruptível" (o BOPE). No entanto, o BOPE é tão corrupto quanto a PM. No próprio livro que deu origem ao filme, se fala de um comandante do BOPE que tentou ficar com parte do dinheiro recuperado do assalto a um banco.

A segunda farsa é a legitimação da violência contra as favelas. O filme incorpora o discurso desses policiais de que "*não há saída, tem mesmo é que matar!*". O Capitão Nascimento, interpretado pelo ator global Wagner Moura, transforma-se no herói redentor na medida em que tortura e mata. As favelas são resumidas ao tráfico, sendo ignorada a grande maioria de homens e mulheres trabalhadoras, jovens e crianças, moradores dessas comunidades. Assim se assume o discurso da repressão violenta às comunidades pobres e negras como "a guerra" contra os traficantes.

Recentemente, moradores do Parque Guinle no Rio, denunciaram que os policiais do BOPE, em seus treinamentos matinais cantavam o seguinte: "*o interrogatório é muito fácil de fazer/pega o favelado e dá porrada até doer/o interrogatório é muito fácil de acabar/pega o bandido e dá porrada até matar*".

A terceira farsa é a responsabilização dos consumidores de drogas pela violência, por eles "financiarem" o tráfico. No filme, os universitários de classe média consomem drogas e participam de passeatas pela paz contra a violência. Não temos nenhum acordo com as passeatas pela paz, populares na classe média, porque elas não atacam os reais motivos da violência. Mas menos ainda aceitamos responsabilizar os consumidores de drogas pela violência.

O filme silencia sobre os graves problemas sociais do capitalismo (como a fome e o desemprego), e poupa os governos e suas políticas. Além disso, não faz menção à necessidade de legalização das drogas, para acabar com os lucros do narcotráfico e as máfias que se criam a partir daí. Ou seja, o filme apresenta os consumidores como responsáveis pela violência, para livrar a cara do governo e da burguesia.

Não é de se estranhar que estivessem na platéia do festival para aplaudir "Tropa de Elite", o Secretário de Segurança Pública do Rio, e Harvey Weinstein, criador da multinacional Miramax, coprodutor de "Tropa de Elite".

NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA

Existe uma clara coincidência da estréia de "Tropa de Elite" e o lançamento da nova política de segurança pública adotada pelos governos federal e estaduais. O PAC da Segurança é baseado no aumento da repressão policial, na criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Foi declarada uma verdadeira "guerra" contra as populações mais carentes".

A estréia dessa orientação foi a ocupação pela PM e a Força Nacional de Segurança do Complexo do Alemão, ocorrida em maio no Rio. A ocupação resultou em 50 mortes e mais de 70 feridos, e expôs claramente esta nova orientação a ser aplicada em outras comunidades não só no Rio, mas em todo o Brasil.

Sob o pretexto de combater os "bandidos" e os "narcotraficantes", mortes, prisões, humilhações são uma triste rotina no cotidiano de milhões de trabalhadores e, particularmente, dos jovens e negros. A polícia usa todo tipo de equipamento militar, inclusive o Caveirão (um blindado que se tornou símbolo do BOPE). Isso já existia com os governos de direita e agora vai ser agravado pelo governo do PT.

A nova política de repressão já vem sendo testada pelas Forças Armadas Brasileiras, que chefiam as tropas de ocupação no Haiti. No início do ano, fizeram um verdadeiro massacre na favela Cité Soleil, em Porto Príncipe.

Em verdade, o que se verifica com esta nova política de segurança fascista é a adoção pelo governo Lula e pelo PT da "doutrina da guerra preventiva" de Bush, que "*primeiro mata e depois pergunta*".

ANISTIA INTERNACIONAL DENUNCIA DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

A Anistia Internacional divulgou em maio o relatório intitulado "Brasil – entre o ônibus em chamas e o caveirão: em busca da segurança cidadã" em que faz duras críticas ao governo Lula, bem como aos governadores de São Paulo, José Serra, e do Rio, Sérgio Cabral. O relatório confirma que a ação das polícias continua "caracterizada pela invasão policial nas favelas que coloca em perigo a vida de todos".

O relatório denuncia a crescente militarização da polícia, cuja maior expressão no Rio é o Caveirão, e apresenta números alarmantes como a ocorrência de mais de mil mortes em 2006 em ações policiais no Rio e o controle por milícias de cerca de 92 das mais de 500 favelas do Rio.

Como vimos, se evidencia mais uma vez que a "guerra contra o crime", ou a dita "guerra do rio" em realidade é contra os trabalhadores e a juventude.

Um programa socialista para o combate à violência

O **PSTU** defende, entre outras questões, que para combater a violência, primeiramente, é necessário mudar radicalmente a atual política econômica, que privilegia o pagamento das dívidas interna e externa em detrimento dos investimentos em saúde e educação, o que empurra os jovens para a criminalidade. Assim, defendemos o não pagamento das dívidas interna e externa e a elaboração de um novo plano econômico dos trabalhadores que garanta emprego, salário, terra e moradia para todos.

Da mesma forma, é necessário fazer uma devassa nas forças policiais envoltas em corrupção e violência e, a partir da dissolução das mesmas, formar uma nova polícia desmilitarizada e controlada pelos trabalhadores, que deve ter direito de sindicalização e greve.

Porém, é preciso sobretudo encarar seriamente a questão da legalização das drogas para acabar com o tráfico. Exemplos, como o da época da "Lei Seca" nos EUA, demonstram que manter a criminalização da drogas só fomenta a violência e a corrupção.

Para isso, mais que nunca, são necessárias a organização e mobilização dos trabalhadores e da juventude, tanto para autodefesa imediata, como para garantir as verdadeiras mudanças, pois não serão esses governos e Congresso corruptos que as farão.

BRASIL: MONSTRO DA DESIGUALDADE SOCIAL

JEFERSON CHOMA, da redação

Em setembro foi divulgada uma pesquisa mostrando a diminuição, pelo menos nas estatísticas, de pessoas que vivem na condição de miséria no Brasil. A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que cerca de 5,88 milhões de brasileiros deixaram a miséria e passaram a ser consideradas "pobres". Na definição da FGV, são consideradas miseráveis aquelas famílias cujo rendimento per capita é inferior a R$ 125. Elas representam hoje 19,3% da população em 2006, ou 36,154 milhões de pessoas.

O resultado foi bastante explorado pela grande imprensa e pelo governo. Ambos tentam demonstrar que houve uma "redução da desigualdade", como produto da atual política econômica combinada com políticas sociais compensatórias, o Bolsa Família.

Mas o que representa deixar de viver na miséria para viver na pobreza extrema? Houve concretamente alguma redução na desigualdade social do país?

O sentido da propaganda governista é promover o embelezamento das migalhas do Bolsa Família e do crescimento econômico conjuntural, para esconder quem realmente ganhou no governo Lula: a grande burguesia.

ABISMO

A verdade é que o Brasil continua sendo um dos países com um dos índices mais brutais de desigualdades sociais do mundo.

De acordo com o "Atlas de exclusão social – Os ricos no Brasil" (Cortez, 2004), somente 5 mil clãs de famílias chegam a se apropriar de mais de 40% de toda a riqueza nacional, embora o país registre mais de 51 milhões de famílias. O Atlas ainda aponta que 10% da população rica se apropria de 75%, enquanto 90% do povo brasileiro fica apenas com 25%.

PRECARIZAÇÃO

Nem mesmo os pífios índices de redução do desemprego, resultando do atual crescimento econômico, diminuíram a desigualdade. De acordo com um estudo do coordenador do Atlas, o economista Márcio Pochmann, atual presidente do Ipea, em 1980 o Brasil possuía cerca de um terço da renda per capta dos Estados Unidos. Atualmente caiu para um quinto. Pochmann explica que os empregos com carteira assinada criados durante o governo Lula apresentam baixa remuneração. O economista indica que de cada três postos abertos, dois pagam até R$ 450. Já outra pesquisa do IBGE afirma que metade das famílias teve em 2006 um rendimento abaixo dos R$ 360.

Isso sem falar ainda nos 18% dos trabalhadores que estão desempregados e outros tantos na informalidade. A manutenção do plano neoliberal aprofundou mecanismos que levaram à precarização, como a criação de cooperativas de empregados e a contratação dos chamados "autônomos".

O agravamento da precarização recai, sobretudo, nas parcelas mais oprimidas da população: os trabalhadores negros e negras. Segundo o IBGE, os trabalhadores negros ganham 40% menos do que um branco que possui a mesma escolaridade.

BANQUETE DOS RICOS

Mas se o crescimento econômico proporcionou que um miserável "subisse" à condição de pobreza extrema, para os grandes capitalistas representou um enorme banquete.

Em um dos países mais desiguais do mundo, o número de bilionários no Brasil dobrou no último ano, totalizando 17, conforme publicou a revista "Forbes". Juntos, os 17 bilionários brasileiros somam uma fortuna total de US$ 30,1 bilhões.

O primeiro lugar da lista é partilhado pelos irmãos banqueiros Joseph e Moise Safra. A fortuna dos dois é calculada em US$ 7,4 bilhões. Não poderia ser de outro modo. Afinal, como diz Lula, "nunca antes nesse país" os bancos lucraram tanto como estão lucrando agora. As cifras são cada vez mais astronômicas. Só o Itaú anunciou lucro recorde de R$ 4.016 bilhões no primeiro semestre de 2007, um aumento de 35,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O banco passou o Bradesco, cujo lucro foi de "apenas" R$ 4.007 bilhões, valor 27,9% superior ao mesmo período de 2006.

REMESSAS

Neste ano, as empresas estrangeiras que atuam no setor industrial brasileiro também estão ampliando seus lucros. E como sempre enviam mais e mais remessas para o exterior. O tão comemorado "capital estrangeiro" enviou às matrizes US$ 3,6 bilhões de janeiro a maio, 65,8% a mais que no mesmo período de 2006. A industria de metalurgia e automobilística lideram o ranking, com envios de US$ 1,465 bilhões nos cinco primeiros meses do ano. Recentemente o vice-presidente José Alencar, defendeu que a sociedade deve aprender a "aplaudir" o lucro obtido pelas empresas. Ele deve ser o primeiro a comemorar. Afinal, seu grupo, a Coteminas, faturou US$ 2,5 bilhões só em 2006.

A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NO BRASIL

10% da população mais rica, fica com 75% da riqueza

90% do povo brasileiro fica com 25% da riqueza

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

O diabo veste Prada

CONSUMO DE LUXO cresce no Brasil

O cardápio do banquete dos ricos torna-se cada vez mais farto. No ano passado houve um aumento brutal do chamado consumo de luxo no país. Carros luxuosos, mansões paradisíacas, iates, helicópteros, jóias, acessórios e canetas cravejadas de diamantes são negociados nesse mercado que não pára de crescer e que faturou, só em 2006, US$ 3,9 bilhões.

Circulando pelos redutos do luxo nacional, em São Paulo, a Daslu e as lojas da rua Oscar Freire, podem ser vistas dondocas que aproveitam as "promoções" de grifes como Prada e Louis Vuitton, onde uma bolsa pode custar a bagatela de R$ 2.480.

O Brasil está em segundo lugar no consumo de luxo, atrás apenas dos EUA. Apesar da miséria exposta, somos o segundo país com maior índice de jatos e

MISERÁVEIS E POBRES

O jornal Folha de S. Paulo mostrou como vive uma família pobre cujo rendimento per capita é de R$ 125 por pessoa, exatamente a quantia estipulada pela FGV para diferenciar o miserável do pobre. Segundo a reportagem, as crianças da família, que vive próxima à Baixada Fluminense, não têm o que calçar, vestem-se todos os dias com as mesmas roupas, dormem no chão sem piso de um casebre sem banheiro e brincam em um riacho de esgoto. A luz é clandestina. O esgoto, uma vala negra que corre no quintal. A diferença entre miseráveis e pobres fixada nos frios números da estatística, na prática, não existe.

DESNUTRIÇÃO

A desigualdade social faz com que um brasileiro da camada mais pobre seja mais magro e mais baixo do que um brasileiro de renda mais alta. Segundo uma Pesquisa de Orçamentos Família (POF), um brasileiro pobre quando completar 19 anos será 9,7 quilos mais magro e 5,9 centímetros mais baixo do que um rico da mesma idade.

EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo do Brasil é superior à média da América Latina e do Caribe em 2005, segundo dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Em 2005, 11,7% da populção era analfabeta. A média da região era de 9,5%. O desempenho do Brasil se aproxima do da Bolívia, de 11,7%, um dos países mais pobres do continente.

Bolsa Família: migalhas distribuídas

O Bolsa Família é a grande vedete do governo no combate à desigualdade social. Cerca de 11 milhões de famílias recebem do programa uma quantia entre R$ 15 e R$ 95.

O Banco Mundial é um dos mais entusiastas defensores do Bolsa Família. Nos anos 90, sob a égide do neoliberalismo, privatizações, destruição de empregos, serviços públicos e aumento da miséria, essa instituição passou a recomendar esse tipo de política para "compensar" a pobreza produzida pela globalização.

A lógica é simples: programas como este representam gastos bem menores do que enviar dinheiro para o investimento em escolas, hospitais, Previdência e outros serviços públicos que ajudariam de forma mais eficiente a vencer a pobreza.

Mas os programas sociais compensatórios não resolvem os problemas estruturais da miséria e servem apenas para ocultar que o governo mantém o Brasil como um dos campeões da desigualdade. O programa tornou-se um formidável instrumento eleitoral, ao causar dependência de um setor da população ao pagamento do governo. Tenta-se comprar a consciência das parcelas mais pobre do povo, visando as eleições.

Crescimento econômico: um aliado temporário

O atual ciclo de crescimento econômico proporcionou um aumento na taxa de lucros dos empresários e banqueiros, que desfrutam como podem do banquete. Para os trabalhadores, no entanto, sobraram as migalhas.

Lula tenta capitalizar o crescimento da economia, dizendo que é resultante de suas "decisões estratégicas". Pura invenção. A economia cresce em todo o mundo – e não importa se o governo é de direita ou da "esquerda" social-democrata – impulsionada pela economia dos EUA.

Mas o equilíbrio é instável, como ficou patente na recente crise das bolsas. A crise financeira abalou os mercados e trouxe uma série de incertezas. Embora as autoridades afirmem que não se trata de uma crise estrutural, a atuação coordenada dos principais bancos centrais do imperialismo, com o poderoso Federal Reserve à frente, injetando rapidamente cerca de U$ 700 bilhões para socorrer os bancos em crise, contrasta com esse aparente otimismo.

O fato é que a bolha especulativa imobiliária – que sustentou a economia norte-americana nos últimos anos – estourou. A aparente calmaria dos mercados financeiros, obtida às custs de gigantescas quantidades de dólares, pode preceder períodos de grandes tormentas.

A crise é inevitável. Não está claro o ritmo em que este processo irá se dar. Mas essa nova crise afetará diretamente o Brasil. E, com isso, uma das bases da popularidade do governo virá abaixo, afetando inclusive seus programas de compensação social.

O Núcleo duro do capital

O governo Lula abriu excelentes possibilidades para burocratas do PT e da CUT se transformarem em burgueses.

O mais destacado é José Dirceu. O ex-ministro criou laços de amizade com diversos políticos latino-americanos e empresários quando esteve à frente da Casa Civil. Mesmo afastado do poder, ele mantém muita influência e consegue abrir com facilidade as portas para seus clientes. Entre eles está o bilionário mexicano Carlos Slim, dono da Embratel. Mas Dirceu também é procurado por empresas estrangeiras sediadas no Brasil. Todos sabem que ele tem informações privilegiadas sobre o governo.

Já Palocci ajuda na consultoria de bancos. Como ex-ministro da Fazenda tornou-se próximo de grandes grupos financeiros, que sempre aplaudiram sua política econômica. Hoje, ajuda o Bradesco a se manter como correspondente do Banco Postal.

Luiz Gushiken sempre foi conhecido como a eminência parda dos grandes fundos de pensão. Antes mesmo de se acomodar no governo, ele já prestava serviços a empresas que pretendem criar mecanismos de previdência complementar. Hoje ele presta consultoria na área de telefonia, experiência que acumulou quando era secretário de Comunicação do governo.

Hoje, todos eles atuam como mega-lobistas , sendo parte da burguesia brasileira. Não há nenhuma diferença social entre estes e outros gerentes, lobistas e advogados de grandes empresas no país.

ENFRENTAR A MISÉRIA DE FRENTE

Para acabar com a miséria é preciso combater as raízes da desigualdade. A pobreza e a miséria não são resultado da forma "irracional" da distribuição de riquezas no capitalismo.

Como primeira medida, é preciso romper com o imperialismo e deixar de pagar a dívida aos banqueiros. Dessa forma, esse dinheiro que hoje engorda a agiotagem internacional poderia ser canalizado para resolver os problemas sociais urgentes, como desemprego, níveis salariais e reforma agrária.

A experiência histórica comprovou que para acabar com a desigualdade social é necessário expropriar as grandes empresas que dominam a economia e a sociedade.

A revolução socialista transformou a Rússia, o país mais atrasado da Europa, em uma potência internacional, apesar das travas da burocracia stalinista. Foi possível acabar com problemas sociais que nenhuma das potências imperialistas resolveu, como o desemprego. Todas essas conquistas retrocederam com a restauração do capitalismo, ao contrário do que diz a propaganda imperialista.

A JUSTIÇA E A DEMOCRACIA OPERÁRIA NA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

ASDRÚBAL BARBOSA,
de São Paulo (SP)

No quadro da Revolução de Outubro de 1917, o partido bolchevique procurou aplicar, na prática, o programa de destruição do Estado burguês existente, lutando pela construção de um outro Estado, operário e revolucionário. Sua forma de dominação política eram os Sovietes dos Deputados dos Operários, Soldados e Camponeses .

A revolução inspirou-se, particularmente, nos ensinamentos da Comuna de Paris, sobretudo no campo de organização do poder soviético. No que toca ao Poder Judiciário russo, a orientação de destruição da justiça burguesa surgia como parte integrante do objetivo estratégico de demolição do Estado.

Stutchka, em seu artigo Tribunal Velho e Novo, publicado em janeiro de 1918 no Pravda de Petrogrado, dizia: "*Na realidade, o Tribunal constituía, depois do exército permanente e da polícia burocrática, a mais sólida defesa do sistema burguês-fundiário. Sob o ângulo de uma pretensa defesa do Direito e da justiça, o Poder Judiciário, dito independente do Estado burguês, representava, entretanto, o mais sólido órgão do sistema capitalista e dos interesses das classes possuidoras. Não apenas porque os tribunais eram agentes diretos do Estado e do poder estatal, instrumentos de assujeitamento das classes oprimidas, mas também porque eles, por sua situação social, pertenciam à classe dos opressores. Eles entendiam o Direito e a justiça, bem como a liberdade e a igualdade, tal como os declaravam os interesses da sua classe*" .

Sobre o significado da doutrina da divisão dos poderes, novamente Stutchka explica: "*O princípio da divisão dos poderes tem para nós, como para a vida real, valor apenas de um princípio de divisão técnica do trabalho. O poder, no caso concreto o poder soviético, deve ser naturalmente um poder unitário que inclua em si mesmo seja o Poder Legislativo, seja o Poder Executivo, seja, enfim, o Poder Judiciário. Estamos em favor de um poder popular e, na nossa República, esse poder popular concretiza-se apenas nos Sovietes dos Deputados, dos Operários, dos Soldados e dos Camponeses*".

Em 22 de novembro de 1917, ocorreu o primeiro ato normativo do Estado Soviético concernente à organização judiciária. O Decreto nº 1 sobre o Tribunal que aboliu integralmente os velhos órgãos judiciários em funcionamento no quadro dos regimes czarista e burguês de Kerensky, instituindo novos tribunais populares eletivos, em cujo âmbito os mandatos dos juízes eleitos nos Sovietes eram revogáveis a qualquer momento.

A FUNÇÃO REVOLUCIONÁRIA dos novos tribunais populares eletivos estava voltada para a formação educacional e fortalecimento da disciplina proletária, e a democratização do poder soviético e combate ao burocratismo.

A Revolução de Outubro suprimiu o Senado, instituído por Pedro I, em 1711, enquanto suprema instância judiciária, administrativa e de supervisão do Judiciário russo. Os membros do Senado eram anteriormente escolhidos pelo czar entre os altos funcionários do Estado absolutista russo.

O Senado, afirmando situar-se acima da política, não hesitou em declarar a legitimidade do novo poder de Estado surgido com a revolução de fevereiro de 1917. Quanto à revolução de outubro de 1917, tratou de declará-la como um infame delito.

"*Em princípio, consideramos supérflua a existência de um órgão central de controle e interpretação uniformizadora das leis e, em última instância, bater-nos-emos, com todas as forças, contra a instituição de um Senado do tipo da Suprema Corte dos EUA, competente até mesmo para julgar a constitucionalidade dos atos legislativos*", escrevia Stutchka em seu artigo.

Em 1918, formou-se um Tribunal Supremo (Vysschii Sud) composto por especialistas eleitos nos Sovietes, dotado apenas de limitada competência recursal máxima, porém jamais revestido da função de realizar o controle de constitucionalidade das normas jurídicas soviéticas .

A revolução de outubro promoveu, além disso, a supressão de todos os órgãos e instâncias judiciárias inferiores, por conseguinte, de todos os juízes, ainda que se reconhecesse existir entre eles certos especialistas capazes e sinceramente dedicados à causa da revolução.

TRIBUNAL POPULAR ELETIVO

No lugar dos tribunais burgueses abolidos, surgiu o Tribunal Popular Eletivo, formado por integrantes das fileiras dos proletários e dos camponeses revolucionários. A eles competia o exame de relações humanas costumeiras e comuns .

Foram instituídos os Tribunais Locais enquanto instâncias inferiores, situados próximas das necessidades das populações da periferia, compostos sempre de, no mínimo, três juízes eleitos diretamente nos Sovietes – com possibilidade de ampliação para nove ou doze juízes, na medida em que as condições econômico-financeiras a permitissem em um futuro próximo.

Desses três juízes eleitos, um deles surgia como um juiz local permanente, dotado, porém, de mandato revogável a qualquer tempo, sendo os outros dois assistentes ordinários.

Para causas mais complexas e economicamente mais valiosas, previu-se, então, inicialmente, a criação de um Tribunal Regional Eletivo e, para aquelas concernentes a delitos penais mais graves, um Tribunal de Jurados Populares, sendo esse último integrado apenas por operários e camponeses.

Os Tribunais Locais eram desprovidos de especialistas e compostos massivamente por operários e soldados eleitos nos Sovietes, particularmente porque os juristas burgueses não pretenderam apresentar suas candidaturas.

De toda sorte, os dirigentes da revolução de outubro partiam do princípio de que se as normas jurídicas fossem compreendidas apenas por juristas especialistas seriam, em verdade, lamentáveis e gravemente deficientes, contrastando notoriamente com a consciência revolucionária do Direito.

Em causas jurídicas que requeriam uma compreensão intelectual inacessível aos juízes populares eletivos de determinado Tribunal Local, previa-se, entretanto, a possibilidade de convocação de especialistas técnicos.

Em conformidade com esse quadro, resultou abolida, igualmente, a Procuradoria do Estado, concebida pelos revolucionários de outubro enquanto dócil instituição monopolizadora das atividades inquisitoriais da fazenda pública, composta por jovens instrutores judiciários carreiristas. Surgiu em seu lugar uma instrutoria preliminar para questões criminais, situada mais próxima do povo. Suas funções foram confiadas a todas as instituições públicas e a todos os cidadãos, tornados agora livres para cumprir os papéis de acusadores e defensores.

TRANSIÇÃO

A revolução suprimiu a profissão da advocacia e, nesse sentido suas ordens e associações. No período posterior à revolução de outubro, os profissionais liberais do Direito revelaram-se, quase sem exceção, como um inimigo de classe do governo dos operários, soldados e camponeses.

A revolução de outubro rechaçou, categoricamente, o conceito jurídico-burguês de delito político, porém não renunciou ao combate, a ferro e fogo, à contra-revolução em todas as suas formas. Ao criar, especialmente, Tribunais Revolucionários dos Operários e Camponeses, não se tratava apenas de dar atenção aos delitos políticos, mas sobretudo para a organização da luta contra as forças contra-revolucionárias, mediante medidas de defesa da revolução.

Eles eram compostos por um presidente e seis assistentes, eleitos nos Sovietes, órgãos de instrução pública, dotados de funções de denúncia e de punição. Conformavam uma instituição típica da época de transição, sendo que a própria contra-revolução determinaria o grau de severidade da repressão e do terror proletários.

Toda a lei poderia ser aplicada, mesmo que promulgada pelos governos derrubados, desde que não tivessem sido expressamente revogadas pelos novos decretos. Os revolucionários também entendiam que seria um absurdo sonhar com uma estabilidade da legislação escrita em um momento de tão grandes abalos político-sociais.

Lênin teve a oportunidade de observar, no V Congresso dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses de Toda Rússia, de 4 a 10 de julho de 1918:

"*Porém realmente lamentável é o revolucionário que, no momento da mais dura luta, respeita a inviolabilidade da lei. As leis possuem em um período de transição apenas um significado provisório. E se uma lei entrava o desenvolvimento da revolução, ela deve ser abolida ou aprimorada*".

Segundo Lênin, o Poder Judiciário, surgindo sob a máscara de "guardião da ordem", representava, em verdade, um instrumento cego e refinado para a opressão dos explorados, um instrumento para a defesa dos interesses do capital. A função revolucionária dos novos tribunais populares eletivos era de elevada importância para a destruição da resistência burguesa contra-revolucionária, a formação educacional e fortalecimento da disciplina proletária, e a democratização do poder soviético e combate ao burocratismo soviético.

"*É possível alegar-se que nós, ao invés de reformarmos os velhos tribunais, jogamo-los imediatamente no ferro velho. Agindo dessa forma, abrimos porém o caminho para um verdadeiro Tribunal Popular, não o fazendo, todavia, com tanto emprego de medidas de violência, mas sim muito mais com o exemplo das massas, através da autoridade dos trabalhadores. Sem formalidades, transformamos o tribunal, atuante enquanto um instrumento de exploração, em um instrumento de formação educacional, erigido sobre a sólida base da sociedade socialista. Não resta a menor dúvida, porém, que uma tal sociedade não podemos obter em um único golpe. (...) Não tenho nenhuma ilusão. Sei que ingressamos apenas no período de transição ao socialismo, que não alcançamos ainda o socialismo*" .

Soviet dos soldados de Petrogrado em 1917

FUNÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Lênin precisou em seu Esboço das Próximas Tarefas do Poder Soviético a função revolucionária desses tribunais na luta pela destruição da resistência burguesa contra-revolucionária e pelo fortalecimento da disciplina proletária:

"*Na sociedade capitalista, o tribunal era preponderantemente um aparato da repressão, um aparato da exploração capitalista. Por isso, o dever incondicional da revolução proletária não foi o de reformar as instituições judiciárias (a essa tarefa limitaram-se os cadetes e seus lacaios, os mencheviques e os sociais-revolucionários de direita), mas sim o de completamente aniquilar, integralmente desbaratar, todo o velho sistema judiciário e seu aparato. Essa tarefa indispensável foi cumprida pela revolução de outubro e, em verdade, exitosamente. No lugar do velho tribunal, ela começou a criar um novo tribunal, um Tribunal Popular, melhor dito, um Tribunal Soviético, erigido sobre o princípio da participação na administração do Estado das classes operárias e exploradas – e apenas dessas classes. O novo tribunal é indispensável, antes de tudo, para a luta contra os exploradores que procuram restabelecer seu domínio ou defender seus privilégios, ou ainda para impor, subrepticiamente, essa ou aquela partezinha de seus privilégios, reconquistando-os mediante fraude. Além disso, compete aos tribunais uma outra tarefa, ainda mais importante, se realmente se organizam segundo o princípio das instituições soviéticas : essa tarefa consiste em assegurar o mais rigoroso respeito da disciplina e da autodisciplina dos trabalhadores. (...) Sem coação não pode ser realizada, de nenhuma maneira, uma tal tarefa. Nós necessitamos do Estado, necessitamos da coação. O órgão do Estado Proletário que exerce essa coação há de ser os tribunais soviéticos. A eles compete a imensa tarefa de educar a população para disciplina do trabalho. Para esse objetivo, fizemos incomensuravelmente pouco, praticamente nada. Precisamos conseguir que tais tribunais sejam organizados na dimensão mais ampla, expandindo suas atividades sobre a inteira vida de trabalho do país.*"

No quadro do surgimento do burocratismo pós-revolucionário, Lênin demonstrou, claramente, conceber, ainda em 1921, os tribunais populares eletivos também como instrumentos de luta contra esse tipo de degeneração dos ideais da revolução de outubro.

"*Repassei-lhe através do Diretor do Gabinete do Conselho dos Comissários do Povo, uma petição do Professor Graftio que contém documentos incríveis acerca de casos de burocratismo. (...) Tenho a impressão de que o Comissariado do Povo da Justiça trata essa questão de modo puramente formal, i.e. de maneira fundamentalmente falsa. É necessário:*

1. levar essa matéria diante dos tribunais;

2. lograr fazer com que os culpados sejam denunciados na imprensa e recebam severas penas;

3. instruir os juízes através do Comitê Central a procederem severamente contra o burocratismo;

4. convocar uma sessão com os juízes populares de Moscou, membros dos tribunais etc, para elaborar medidas de lutas efetivas contra o burocratismo (...)" .

No VIII Congresso do Partido Comunista da Rússia, realizado entre 18 e 23 de março de 1919, em face da questão do burocratismo e da incorporação das amplas massas no trabalho dos Sovietes, Lênin teve a oportunidade de assinalar criticamente:

"*Na luta contra o burocratismo fizemos o que nenhum Estado do mundo logrou ainda fazer. (...) Tomemos como exemplo o sistema judiciário. Aqui, a tarefa foi, no entanto, mais simples. Aqui, não tivemos de criar nenhum novo aparato, pois todo e qualquer um pode pronunciar o Direito, apoiando-se na consciência revolucionária do Direito das classes trabalhadoras. Falta muito ainda para levarmos ao fim essa questão, porém, em uma série inteira de domínios, fizemos dos tribunais o que deveria efetivamente ser feito. Criamos órgãos em que podem se tornar juízes não apenas homens senão também mulheres, bem como os elementos mais atrasados e sem movimento. (...) Combater o burocratismo completamente, até a vitória total, é possível apenas, entretanto, se a grande população tomar parte na administração. Nas repúblicas burguesas, isso não apenas não era possível : a própria lei impedia-o (...)*" .

Como se vê, para Lênin, os Tribunais Populares construídos pela revolução de outubro cumpriam um papel educativo, coercitivo e de possibilitarem ao conjunto dos trabalhadores e à população mais carente tomar a administração pública em suas mãos como expressão da democracia operária.

LUCROS PARA OS BANQUEIROS, ARROCHO PARA OS BANCÁRIOS

BENTO DAMASCENO FERREIRA,
de São Paulo (SP)

A campanha salarial dos bancários tem deixado evidente o papel do governo Lula, da CUT e dos seus sindicatos. Os banqueiros nunca ganharam tanto como no governo Lula. O lucro médio dos bancos aumenta 35% em média por ano. Isso se dá principalmente pela cobrança de tarifas e pelas altas taxas de juros. Para garantir esse lucro, os banqueiros se negam a implementar uma política que reponha as perdas salariais dos bancários. Apresentam um índice de reajuste extremamente baixo, de 6,0%, e mantêm um permanente assédio moral aos trabalhadores para forçar um aumento no ritmo do trabalho.

FUSÕES

Ainda no sentido de aumentar a lucratividade do setor, os bancos passarão por uma nova onda de fusões. O Santander anunciará oficialmente a compra do Real e vai se tornar o segundo maior banco no Brasil. Em reunião com a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo ocorrida em Madrid, o Santander informou que a fusão resultará na demissão de 24 mil a 19 mil trabalhadores no mundo, sendo 5 mil em São Paulo. A diretoria não informou a categoria sobre a reunião e não faz nenhuma campanha de resistência a esse ataque. Sequer cobra de Lula que ratifique a convenção 158 da OIT que proíbe demissões imotivadas, que preservaria o emprego desses trabalhadores.

O governo Lula, além de nada fazer para evitar as demissões, também entrou na onda das incorporações no sistema financeiro. Nesta semana, o Banco do Brasil anunciará em cerimônia com a presença de Lula a incorporação do BESC (Banco do Estado de Santa Catarina). Apesar da diretoria do BB não dizer, isso significará uma redução de postos de trabalho no BESC e no BB. O Banco do Brasil também anunciou que tem interesse em incorporar o BRB (Banco de Brasília) e o banco estadual do Piauí. A Nossa Caixa também vive a ameaça de ser incorporada pelo BB ou ser vendida a algum banco privado. Isso demonstra que a lógica dos governos Lula e Serra é a mesma dos banqueiros: crescer o lucro dos bancos, aumentando os ataques aos trabalhadores.

PAUTA REBAIXADA

A política dos sindicatos cutistas, por sua vez, tem sido evitar ao máximo que os trabalhadores resistam aos ataques e conquistem vitórias na campanha salarial. Construiu uma pauta extremamente rebaixada, não permite democracia nas assembléias com a base escolhendo no voto quem deve negociar por ela, e esconde o governo ao não permitir mesa separada para o Banco do Brasil e CEF. Em São Paulo essa política fica evidente: o sindicato fez a primeira assembléia da campanha salarial apenas no dia 27 de setembro e, mesmo assim, uma assembléia extremamente burocratizada.

PARALISAÇÃO

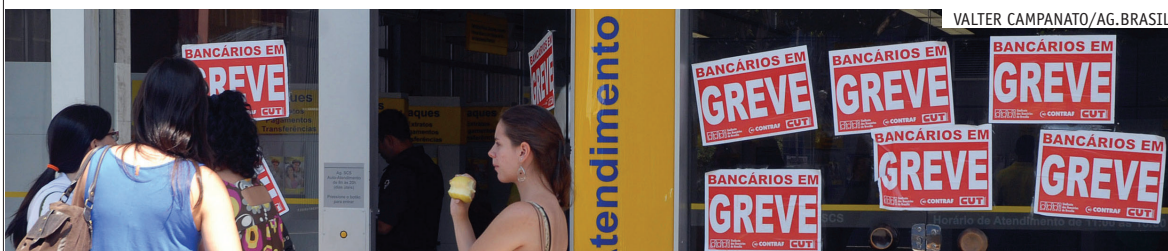
Mas na última semana, os bancários demonstraram que não aceitam a tutela da CUT e os ataques do governo e dos banqueiros. Em Brasília, o sindicato da CUT defendeu greve somente em alguns locais e não queria votar paralisação de 24h. Mas a base obrigou o sindicato a colocar em votação e aprovou a paralisação. O resultado foi uma paralisação muito importante na sede do BB e da CEF. No Rio de Janeiro, a base da CEF não quis esperar a outra semana e já entrou em greve por tempo indeterminado. No Rio Grande do Norte e Bauru, com sindicatos ligados à Conlutas, a paralisação foi forte inclusive em privados.

A CUT, depois de implorar muito aos banqueiros, conseguiu um índice de 6%, valor muito pequeno perto do lucro dos bancos e das perdas salariais.

Por isso, a Oposição Bancária defende a greve por tempo indeterminado nas assembléias da categoria. Também é preciso aprovar nas assembléias a criação de comandos de greve formados pela base. Para os bancários, está cada vez mais nítido que indo à luta ela pode derrotar os banqueiros, o governo e os sindicatos governistas.

Oposição na luta

O Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB), ligado à Conlutas, tem lutado para derrotar a direção traidora cutista que ainda dirige a maior parte dos sindicatos da categoria. O MNOB organizou um encontro nacional, onde foi elaborada uma pauta com as principais reivindicações da categoria. Os sindicatos de Rio Grande do Norte, Bauru (SP) e Maranhão aprovaram em assembléias democráticas esta pauta e protocolaram no BB, na CEF e na FENABAN. Nas assembléias em que a oposição tem acesso ao microfone, ela tem defendido essa pauta e tem sido muito aplaudida pela base. A cada dia, mais bancários chegam à conclusão da necessidade de derrotar esta direção.

WWW.PSTU.ORG.BR
As notícias sobre a campanha salarial dos bancários

UNIVERSIDADE

PROFESSORES E ESTUDANTES DA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ SEGUEM EM GREVE

REINALDO CHAGAS,
de Santo André (SP)

A greve de estudantes e professores continua na Fundação Santo André (FSA) e, ao contrário do que esperam a reitoria e a prefeitura petista, se fortalece dia após dia.

Mais de uma centena de estudantes da Faculdade de Economia (Faeco), que ainda não havia aderido à greve, estiveram presentes à última assembléia geral no dia 28. Foram relatados diversos informes de turmas e até de um curso inteiro que aderiu à greve, o de Relações Internacionais.

Enquanto isso, os professores e estudantes rejeitaram a infame proposta do prefeito de Santo André, João Avamileno (PT), feita no dia 27 em reunião fechada, de uma comissão constituída por professores, estudantes, prefeitura e reitoria para "*chegar a um consenso*", segundo palavras do próprio Avamileno. A resposta dos estudantes foi de que "*o único consenso possível é a saída imediata do reitor Odair Bermelho*".

PRESSÃO SOBRE O GOVERNO FEDERAL

Na sexta feira, 28, o presidente Lula esteve na região do ABC para inaugurar a Universidade Federal do ABC (UFABC), instituição já planejada nos moldes da Universidade Nova. Na ocasião, um grupo de professores e estudantes foi ao local para protestar, denunciar a situação da Fundação e exigir uma solução para o caso. Eles levaram um dossiê para entregar ao governo e foram recebidos pelo ministro da Educação, Fernando Haddad.

A situação da FSA tomou uma dimensão que levou o próprio presidente Lula a citar a Fundação quando falou com a imprensa e cobrar uma "*solução satisfatória do prefeito Avamileno*". Além disso, o Haddad se comprometeu a constituir uma comissão que se reunirá em Brasília para discutir a situação da FSA e a possível federalização da mesma.

Estes novos acontecimentos foram frutos da mobilização, que não esmoreceu nem mesmo com a violenta repressão sofrida em seu início. A possibilidade de federalização da FSA, bandeira histórica do movimento estudantil da faculdade, se tornou algo concreto e possível aos olhos dos estudantes e professores, mas que só será alcançada com muita luta.

PETROLEIROS SÃO REPRIMIDOS PELA POLÍCIA

CÉSAR NETO E LEONARDO ARANTES, de Caracas

O dia 27 de setembro passará para a história como o dia em que o chavismo reprimiu os petroleiros. Uma manifestação pacífica que reuniu cerca de 300 trabalhadores petroleiros foi violentamente reprimida pela Polícia do Estado de Anzoategui.

Os petroleiros se mobilizaram para reivindicar a adoção de um contrato coletivo, benefícios sociais – como a volta da cobertura do Sistema Integral de Saúde –, aumento de salários e incorporação de milhares de trabalhadores petroleiros que, segundo promessas do governo Chávez, seriam integrados à PDVSA (estatal petroleira).

O Major Comandante Robert Aranguren pela manhã disse na TV e na rádio que reprimiria a mobilização dos trabalhadores para controlar a ordem pública. Sem se importar com as ameaças e talvez acreditando que o governo Chávez não permitiria a ação da polícia, os trabalhadores rumaram à Corporacion Venezolana del Petróleo, uma holding que controla o petróleo do país. Os petroleiros protestavam tranquilamente com suas bandeiras, canções e palavras de ordem. Nem mesmo as ruas foram fechadas, os veículos circulavam normalmente.

No entanto, a polícia julgou que os petroleiros estavam desafiando em demasia o coronel do exército, Hugo Chávez. No dia anterior haviam feito a mais importante passeata em Puerto La Cruz dos últimos 10 anos. Havia uma rebelião nas bases da categoria. Nas refinarias de Puerto La Cruz, El Palito e em Falcon só se atendiam as emergências. Ninguém havia decretado greve, mas também ninguém trabalhava. Era uma rebelião de base.

UMA REPRESSÃO VIOLENTA

A polícia de Anzoategui chegou lançando bombas de gás lacrimogêneo. Com pistolas nas mãos foram atirando em direção aos trabalhadores. Cápsulas de balas ficaram espalhadas por todos os lados. Como resultado, um trabalhador baleado foi hospitalizado em estado grave, mas há muitos outros feridos a bala. Cerca de 30 pessoas foram presas.

Coube o trabalho sujo de reprimir ao governador do estado, Wiliam Tarek, que já foi defensor dos direitos humanos e se apresentava como o "poeta da revolução". Chávez decidiu pela repressão, mas tentou evitar suas conseqüências: o Ministro de Energia exigiu "investigações rigorosas". Todo um teatro que a luta dos trabalhadores soube desmascarar.

APRENDENDO NOVAS LIÇÕES

No dia seguinte, foi realizada nova assembléia na porta da Refinaria de Puerto La Cruz. Os trabalhadores tinham sangue nos olhos e queriam justiça. Luis Diaz, dirigente de Fedepetrol, denunciou que na zona residencial onde vivem os gerentes petroleiros – um lindo bairro, diga-se de passagem –, mora também o Major Aranguren, responsável pela repressão ordenada pelo governador.

Luis Diaz organizou uma marcha com 500 trabalhadores, entrou na refinaria e retirou aqueles que estavam trabalhando. Todos se dirigiram em passeata até o campo petroleiro para expulsar o repressor de suas instalações.

Eis uma nova surpresa. Alí estava a Guarda Nacional entrincheirada nos portões e impedindo o acesso. Os trabalhadores não acreditavam no que viam. Era uma dura descoberta ver a guarda de prontidão para defender Araguren e reprimir os trabalhadores. Afinal, a Guarda Nacional recebe ordens diretamente de Chávez.

Bladimir Carvajal, um dirigente sindical da recém nacionalizada Cerro Negro e chavista incondicional, dizia com lágrimas nos olhos e ódio no coração: "*Eu não esperava que Chávez fosse capaz de apoiar esse desgraçado. Para mim chega!*".

Outro trabalhador dirigente de Sincor (outra empresa nacionalizada), em declaração à RCTV (a mesma emissora que Chávez retirou a concessão e agora transmite por satélite), dizia: "*Agora entendo porque no seu programa dominical, Chávez dizia: 'atenção Tarek no teu estado tem uma faísca e você tem que apagá-la'*".

GOVERNO RECUA

O governo se deu conta de que a repressão serviu para pôr mais lenha na fogueira. O contrato que estava sendo negociado por uma burocracia escolhida a dedo pelo próprio governo, desde janeiro, foi aprovado a toque de caixa, em menos de três dias.

De todo esse processo, porém, os trabalhadores petroleiros incorporaram muitas lições e uma palavra de ordem: "*só a luta muda a vida*".

Defender os trabalhadores venezuelanos

Manifestação dos trabalhadores da Sanitários Maracay

A maioria de esquerda alimenta simpatia pelo governo Hugo Chávez. Isso porque ele faz declarações contra o presidente dos EUA, George W. Bush, símbolo odiado da dominação imperialista, enquanto Lula chama Bush de "meu amigo".

Existe uma enorme distância entre o discurso e a prática do governo Chávez, mesmo no que se refere ao seu "antiimperialismo". Seu governo segue pagando a dívida externa, e as nacionalizações feitas tiveram um prévio acordo com as multinacionais.

Para os simpatizantes do venezuelano, existiriam dois "campos" na Venezuela: o "campo" antiimperialista de Chávez contra o "campo" dominado pelo imperialismo.

O problema é que a sociedade se divide em classes e não em "campos". Quando as mobilizações ameaçam a burguesia, os governos burgueses "progressivos" reprimem.

A ideologia do "campo" de Chávez não resistiu à greve dos petroleiros. O que fará a esquerda chavista? Dirá que as mobilizações operárias são reacionárias?

As mobilizações estão se sucedendo... e as repressões também. Antes dos petroleiros, foram reprimidos os trabalhadores da Sanitarios Maracay, em seguida foram os servidores públicos da Venezuela que ocuparam o Ministério do Trabalho.

Nós apoiamos a greve dos petroleiros contra a repressão do governo burguês de Chávez.

E chamamos todos os setores da esquerda latino-americana a fazerem o mesmo. Queremos nos dirigir em especial aos companheiros do PSOL, que em seu congresso aprovaram o apoio a Chávez.

O apoio às greves contra a repressão é uma questão de princípios para os que se consideram de esquerda. Vamos juntos apoiar a luta dos trabalhadores venezuelanos e protestar contra a repressão.

ATIVISTAS PREPARAM MARCHA DE 24 DE OUTUBRO

DA REDAÇÃO

Seguindo o calendário de lutas contra as reformas e a política econômica do governo Lula, ativistas de todo o país preparam uma grande marcha a Brasília. A manifestação ocorrerá no dia 24 de outubro, reunindo um amplo conjunto de entidades e movimentos. Até agora, Conlutas, Intersindical, Grito dos Excluídos e as Pastorais Sociais estão empenhadas na organização da marcha.

A reunião da Assembléia Popular realizada em setembro definiu as bandeiras da mobilização. Após a votação do Plebiscito sobre a Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce, que arrecadou milhões de votos em todo o país, o momento agora será de cobrar do governo as questões colocadas na consulta. "*A partir da Plenária da Assembléia Popular, o dia 24 tomou um caráter bem amplo, de cobrança do governo sobre as questões do Plebiscito*", afirma Paulo Pedrini, da Pastoral Operária de São Paulo.

Desta forma, o dia 24 de outubro segue o calendário de lutas impulsionado pelo Encontro Nacional Sindical em março, o dia nacional de mobilizações de 23 de maio e o próprio plebiscito. A importância da marcha é ainda maior pelo momento em que ocorre. A proposta de reforma da Previdência está sendo finalizada pelo Fórum Nacional da Previdência Social e a expectativa é que seja remetida ao Congresso em outubro ou novembro.

"*O governo quer a reforma da Previdência a qualquer custo, e no plebiscito ficou evidente que os trabalhadores não aceitam mais esta retirada de direitos. E a marcha tem que levar esta voz de repúdio para as portas do palácio e do Congresso*", afirma Beth Lima, da direção do Sindsef-SP (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo) e da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) pela oposição.

A marcha deverá reunir ainda os principais batalhões da classe trabalhadora, contra os ataques e reformas. A unidade de vários setores e categorias, além de fortalecer a luta contra as reformas, impulsiona também as mobilizações específicas. "*A marcha será um pólo unificado para fortalecer a mobilização dos setores que estão em luta; será contra a política econômica, que se desdobra em arrocho salarial e outros ataques diretos aos trabalhadores*", afirma Dirceu Travesso, da Direção Nacional do PSTU e do Movimento Nacional de Oposição Bancária.

"*É uma ação unificada dos servidores com os trabalhadores da iniciativa privada para resistir às reformas anunciadas pelo governo Lula*", destaca Ana Luiza de Figueiredo Gomes, do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo).

Além dos servidores e os trabalhadores da iniciativa privada, a mobilização deverá contar também com a ampla participação dos estudantes e dos movimentos sociais, como o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) e setores do próprio MST. Marcos Praxedes, da direção estadual do MLST, fala sobre a importância da unidade para a marcha: "*O movimento deve somar a luta da cidade e do campo. Temos que brigar contra as reformas que retiram os direitos dos trabalhadores e lutar pela reforma agrária. Seja um governo de esquerda ou de direita, sem mobilização não veremos nenhuma reforma agrária*".

TODOS ÀS RUAS!

Nos estados, a preparação avança a todo vapor. A fim de garantir um evento dessas proporções, os ativistas já começaram a organizar as caravanas, listando os passageiros dos ônibus e realizando campanhas financeiras para viabilizar a viagem. Junto da convocação da marcha, a discussão sobre os pontos tocados pelo plebiscito também avança.

A Conlutas publicou centenas de milhares de jornais convocando a mobilização. "*Fizemos uma reunião da Conlutas dia 1º e aprovamos a orientação para que as regionais realizem plenárias a fim de organizar e preparar uma grande marcha no dia 24*", afirma Boaventura Mendes, coordenador da Conlutas de Minas Gerais. Só a Conlutas mineira espera levar de 70 a 100 ônibus a Brasília. "*Vamos fazer uma ampla divulgação da marcha, com cerca de 80 mil jornais convocando o ato em Brasília*", explica Boaventura.

No Rio Grande do Sul, o Conselho Geral do CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) aprovou o fretamento de 21 ônibus. Já em São Paulo, a Oposição Alternativa da Apeoesp conseguiu aprovar em assembléia a ida de um ônibus por subsede do sindicato, o que contabilizará 93 ônibus. Já Santa Catarina levará de 60 a 70 ônibus e o Rio de Janeiro, 50.

Com o resultado do plebiscito já definido, o dia 24 de outubro tem tudo para ser a maior manifestação já realizada durante o governo Lula. "*É o momento de ir pra rua cobrar o governo sobre a opinião pública expressa na votação do Plebiscito Popular*", resume Pedrini.

RESULTADO DO PLEBISCITO SERÁ ENTREGUE DIA 9

O resultado do Plebiscito Popular realizado de 1º a 9 de setembro será oficialmente entregue ao governo no próximo dia 9 de outubro. No dia anterior, ocorrerá uma série de mobilizações marcando a entrega dos votos. O dia coincide com os 40 anos da morte do revolucionário Che Guevara, ícone de luta e rebeldia em todo o mundo.